

O RETORNO DO “SHATTERBELT” DA EUROPA CENTRO-ORIENTAL E O GRUPO DE VISEGRAD NA ESTRATÉGIA OCIDENTAL DE CONTENÇÃO DA RÚSSIA

Daniel Santos Kosinski¹

Nikola Parizkova²

RESUMO

A Europa Centro-Oriental é uma região excepcionalmente conturbada desde a Antiguidade, com história caracterizada por migrações em grande escala, guerras, invasões e ocupações por potências estrangeiras. Por isso, há muito ela tem sido considerada por teóricos como Mackinder, Spykman, Brezinski, Cohen e Kelly uma região de transição e atrito entre os domínios dos poderes navais atlânticos e terrestres eurásianos, estrategicamente importante para o acesso e controle do *Heartland*. Isso a torna um *shatterbelt*, área intensamente disputada entre potências que projetam seu poder e influência, se impondo aos povos locais. O Grupo de Visegrad, formado por Polônia, Tchecoslováquia e Hungria em 1991 após o fim dos regimes neoestalinistas, buscou com sucesso a adesão às instituições euro-atlânticas – OTAN e União Europeia, principalmente. Recentemente, com a retomada do “ativismo” russo e suas intervenções militares na Geórgia e Ucrânia, o Grupo de Visegrado vem se transformando num dos principais instrumentos de avanço da hegemonia ocidental na região, articulando políticas de cerco e contenção da Rússia. O acúmulo de forças militares de ambos os lados na área, percebido a partir de 2016, indica intenso crescimento das tensões no *shatterbelt* - que havia perdido intensidade desde os anos 1980 -, caracterizando processo de desfecho ainda imprevisível.

Palavras-chave: Geopolítica. Grupo de Visegrad. OTAN. Rússia.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro - RJ, Brasil. danskos@gmail.com

² Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro - RJ, Brasil. nik.parizkova@gmail.com

CONDIÇÕES GEOGRÁFICAS E FORMULAÇÕES GEOPOLÍTICAS DA EUROPA CENTRO-ORIENTAL²: O CONCEITO DE *SHATTERBELT*

Localizando-se na parte oeste da grande massa continental eurásiana, a Europa Centro-Oriental se situa na zona intermediária entre os acessos atlânticos da Europa Ocidental e as vastas estepes da Ásia Central. Topograficamente, ela se caracteriza pelo predomínio de duas grandes planícies: a Húngara e a Norte-Europeia, sendo a última parte da Grande Planície Europeia, que se estende até os montes Urais, na Rússia. Nesse vasto território são poucos os obstáculos naturais, como cadeias de montanhas; as existentes não se destacam pela extensão ou proeminência dos seus cumes. Não obstante, o seu interior é cortado por rios como o Danúbio, o Vístula, o Bug e o Dnieper, importantes canais de comunicação e deslocamento que permitem acessá-lo sem maiores obstáculos pelos mares Báltico, Negro e Adriático (Mediterrâneo).

Com efeito, essas condições geográficas tornam a região vulnerável às invasões e difícil de ser defendida, muito suscetível aos fluxos migratórios oriundos da Ásia. Esse foi o caso dos povos hunos que, no século V, contribuíram para o colapso do Império Romano no Ocidente, assim como o das invasões pelas hordas mongóis, no século XIII. Por outro lado, desde o século XVI a região praticamente não conheceu período no qual não tenha sido acirradamente disputada por centros de poder locais ou próximos a ela, fato que parece ter deixado suas marcas na própria geografia política da região, historicamente caracterizada pela multiplicidade de entidades soberanas de dimensões territoriais e demográficas pequenas coexistindo num "ambiente compactado" (*compressed environment*).

²Não há consenso definitivo a respeito dos limites precisos das regiões centro e leste Europeias. Os órgãos da União Europeia consideram "Europa Oriental" toda a região a leste da Alemanha, Áustria e Itália, com exceção dos três estados bálticos. Outras definições, porém, baseadas em critérios linguísticos, políticos e religiosos, consideram como parte da "Europa Central" os países de língua eslava e religião predominantemente católica, além da Hungria. Durante a Guerra Fria, eram considerados pertencentes à "Europa Oriental" todos os países dentro da esfera de influência soviética, isto é, até mesmo a República Democrática da Alemanha. Procurando evitar essas imprecisões, arbitramos pelo uso do termo "Europa Centro-Oriental" como referente à região contida entre a Alemanha e a Rússia e os mares Báltico, Negro e Adriático.

Do ponto de vista geopolítico³, várias teorias desenvolvidas no século XX representaram tentativas de entender essa característica marcante. Em geral, consideram a Europa Centro-Oriental uma zona conturbada de pressão competitiva. Ela é assim retratada, por exemplo, pelo britânico Halford Mackinder, que no seu clássico artigo *The Geographical Pivot of History*, de 1904, apresentou a “Teoria do Heartland”, o considerando (a Ásia Central) a “maior fortaleza natural da Terra”, região cujo controle julgava vital para a supremacia na Eurásia (chamada por ele de *World Island*), e destacando o mar Báltico e a Europa Central como áreas estratégicas de acesso ao seu interior (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 29-30).

Algumas décadas mais tarde, o holandês naturalizado americano Nicholas Spykman agregou à sua visão os fundamentos básicos apresentados por Mackinder. Porém, ao contrário do seu antecessor, considerava o chamado *Rimland* - a região intermediária entre a Ásia Central e os “mares marginais” (os oceanos Atlântico, Índico e Pacífico) - estrategicamente mais importante que o próprio *Heartland*, compreendendo a Europa Central como parte de uma vasta “zona tampão” (“buffer”) entre os poderes naval e terrestre. Esta, portanto, configurava-se como zona de atrito ou disputa entre esses dois poderes, e cabia aos americanos comandar o naval para controlar a faixa costeira ao redor da Eurásia, exercendo o “controle e contenção da União Soviética” (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 32).

Com isso, Spykman foi considerado um dos mentores da política de cerco da União Soviética pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria, perspectiva seguida pelas visões do polonês também naturalizado americano Zbigniew Brzezinski, para quem a política externa do governo Jimmy Carter (1977-1981) deveria objetivar impedir o acesso dos soviéticos ao Índico e desestabilizar a superpotência rival ao fomentar a rebelião dos seus súditos islâmicos da Ásia Central, como os cazaques, quirguizes, uzbeques e tadjiques (MONIZ BANDEIRA, p. 34-37).

³ Não consideramos a geopolítica uma variável determinante, mas um *aspecto estratégico que faz parte das motivações para ações políticas específicas*. A geopolítica é uma construção do pensamento humano que apresenta cenários, contextos ou condições que *podem ou não* ser aproveitados pelos agentes políticos. Não há, portanto, nenhum tipo de “determinismo geográfico” na história: *a geografia exige uma interpretação política*. Ela sempre requer uma inserção política, isto é, *a formulação de um discurso ou projeto de poder*. Em si, o território é instrumento estático e apenas quando sobre ele incide a vontade dos agentes que se torna parte de um projeto geopolítico específico. Logo, consideramos a geopolítica como um “*conhecimento estratégico e normativo que avalia e redesenha a própria geografia a partir de algum projeto de poder específico, defensivo ou expansivo*” (FIORI, 2014, p. 141).

À parte essas considerações gerais, o conceito de *shatterbelt* é o que melhor corresponde às características específicas da Europa Centro-Oriental. A sua elaboração está estreitamente relacionada aos movimentos geopolíticos dos Estados Unidos e da União Soviética no confronto pela supremacia sobre essa parte da Europa, embora ele também tenha sido aplicado a outras regiões em disputa durante a Guerra Fria como o Sudeste Asiático, o Oriente Médio e partes da África. Assim, de acordo com a definição de Saul B. Cohen (2008, p. 48, tradução nossa)⁴, os *shatterbelts*, como um dos aspectos mais importantes da geopolítica contemporânea, são "regiões estrategicamente orientadas que são tanto profundamente divididas internamente quanto apanhadas na competição entre as grandes potências dos domínios geoestratégicos".

Analogamente, na visão de Philip Kelly (1997, p. 33, tradução nossa)⁵, *shatterbelts* são

Regiões nas quais dois países estrategicamente importantes competem pelo controle, com uma estrutura resultante em dois níveis de conflito estratégico e regional inter-relacionados. *Shatterbelts* apresentam risco de escalada, de guerras que podem se propagar para outros lugares, e de países menores incitando sérias confrontações entre seus patrocinadores maiores, estrategicamente importantes.

Nessa perspectiva, a Europa Centro-Oriental é considerada o "cinturão de mudança política na Europa" (UNSTEAD, 1923), tendo como características históricas a fragmentação linguística e cultural, instabilidade social e política, baixo desenvolvimento produtivo em comparação com os países mais avançados da Europa Ocidental, deficiência e vulnerabilidade militar em relação a potências vizinhas, mais poderosas. Com efeito, isso é o que parece indicar uma breve investigação sobre o seu passado.

⁴"[...] *strategically oriented regions that are both deeply divided internally and caught up in the competition between great powers of the geostrategic realms*". ⁵"[...] *regions in which two strategically important countries compete for control, with a resulting two-tiered structure of interrelated regional and strategic conflict. Shatterbelts pose a danger of escalation, of wars that might spread elsewhere, and of smaller countries' prompting serious confrontation between their larger, strategically important sponsors*."

BREVE DIGRESSÃO HISTÓRICA SOBRE A EUROPA CENTRO-ORIENTAL

Nos últimos dois séculos, a história da Europa Centro-Oriental tem sido, com poucas exceções, a da subordinação e ocupação por potências estrangeiras. Durante todo o século XIX, ela foi disputada e dominada pela Áustria (-Hungria, a partir de 1867), Prússia (Império Alemão, depois de 1871), Rússia czarista e Turquia Otomana, que subjugarão os múltiplos povos que a habitam.

Após a Primeira Guerra Mundial – que começou como um conflito centro-europeu ou balcânico, com a declaração de guerra da Áustria-Hungria contra a Sérvia –, com a derrota e dissolução daqueles impérios, estados como Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Iugoslávia e Romênia foram criados por meio de múltiplos acordos internacionais. Porém, com a relativa exceção da união entre tchecos e eslovacos, esses países apresentavam caracteres multiétnicos nos quais as fronteiras políticas frequentemente não coincidiam com as linguísticas e culturais, tornando seus governos pouco legítimos para partes consideráveis dos seus cidadãos. Havia ainda a presença, na maioria deles, de significativas minorias alemãs, ressentidas pela derrota e perda de territórios em favor desses novos estados. Estes fatos, aliados à sua grande debilidade produtiva e militar, os tornava muito instáveis social e politicamente (HOBSBAWM, 1995).

Com a ascensão do nazismo ao poder na Alemanha em 1933 e a invocação da ideologia do “espaço vital” (*Lebensraum*) da suposta “raça ariana” a ser conquistado no leste, foram os tchecoslovacos, com a anexação dos Sudetos em 1938, os primeiros a serem novamente alvo de agressões externas na área, o que se deu com o consentimento dos britânicos e franceses, supostamente seus aliados, ao Acordo de Munique de 1938. Não obstante, em agosto do ano seguinte, nazistas e soviéticos acertaram bases para nova divisão e reocupação da Europa Centro-Oriental ao firmarem o chamado Pacto Ribbentrop-Molotov (VODIČKA; CABADA, 2003), ao qual se seguiu quase imediatamente a dupla invasão e dissolução da Polônia em setembro e outubro de 1939 (ZAMOYSKI, 2009).

Posteriormente, com a invasão da própria União Soviética pelos nazistas em junho de 1941, praticamente toda a Europa Centro-Oriental caiu sob seu domínio nos três anos seguintes, durante os quais eles perpetraram as maiores atrocidades da guerra – se não de toda a história –, resultando em milhões de assassinados e no extermínio de quase 20%

da população polonesa (ZAMOYSKI, 2009). Não obstante, com o contra-ataque soviético e o avanço do Exército Vermelho até a tomada de Berlim, este ocupou Budapeste e Varsóvia, em fevereiro, e Praga, em maio. Isso significou que Hungria, Polônia e Tchecoslováquia foram liberadas do domínio nazista pelos soviéticos, fato que implicou, acima de tudo, na substituição de um ocupante estrangeiro por outro. Os soviéticos, por instrumentos diversos – como eleições manipuladas e fusões e dissoluções de partidos políticos rivais dos comunistas –, instalaram nesses países governos de inspiração estalinista (ARANTES JR., 2015), subordinados ao seu controle graças à presença ostensiva de forças soviéticas nos seus territórios⁶.

Dessa forma, para húngaros, poloneses e tchecoslovacos, as décadas seguintes foram caracterizadas pela subordinação dos seus governos, em diversos níveis, às imposições soviéticas, apesar da “desestalinização” proclamada por Leonid Khrushchev no XX Congresso do Partido Comunista da URSS, em 1956⁷. De maneira geral, qualquer tentativa de “distensão” dos regimes ocasionalmente proposta pelos seus governos era entendida pelos soviéticos como um desvio intolerável da sua linha política e ameaça à “coesão” do bloco socialista. Governos que propunham reformas nos regimes, como o de Imre Nagy na Hungria e o de Aleksander Dubček na Tchecoslováquia (BALÍK, 2011), foram invadidos pelas tropas do Pacto de Varsóvia (1956 e 1968, respectivamente), comandadas pelos soviéticos, e depostos (Nagy ainda foi executado). Foi um princípio reafirmado por Leonid Brezhnev na chamada “Doutrina Brezhnev”, que reivindicava para a União Soviética o “direito” de intervir em qualquer país socialista no qual supostas “forças reacionárias” estivessem encaminhando o retorno ao capitalismo.

⁶ As tropas soviéticas, e depois russas, só deixaram a Polônia em 1993. Assim, estiveram presentes em território polonês de forma intermitente por 54 anos, desde a invasão em 1939. No caso da Tchecoslováquia, deixaram o país em 1945, porém, retornaram para sufocar a *Primavera de Praga*, em 1968, e então só deixaram o país em 1991. Quanto à Hungria, após a sua invasão por ocasião do esmagamento da Revolução Húngara de 1956, o governo de János Kádár consentiu na assinatura de acordo que formalizava a presença permanente das forças soviéticas em seu território com vistas a “evitar a volta ao poder das forças de direita” (ARANTES JR., 2015, p. 330).

⁷ Iniciativa que, segundo Arantes Jr. (2015, p. 268), não resultou em denúncia ou transformação efetiva dos princípios estalinistas, mas na sua reformulação no chamado “neoestalinismo”. A sua característica decisiva foi a manutenção da contradição entre a propriedade estatal dos meios de produção e a apropriação privada da maior e melhor parcela do seu produto pela *nomenklatura*, isto é, a burocracia partidária/governamental.

Tal quadro de submissão perdurou sem maiores alterações até que, em meados da década de 1980, diversos fatores concorreram para transformá-lo, tais como: a eleição do cardeal conservador polonês Karol Wojtila para o Papado em 1978 e suas seguidas pregações anticomunistas como papa João Paulo II aos países da região (FIORI, 2007); o surgimento em 1980 e a ascensão do sindicato independente *Solidarność* (“Solidariedade”) na Polônia, liderado por Lech Walesa (ZAMOYSKI, 2009); o enfraquecimento do poderio militar, tecnológico, produtivo e financeiro sofrido pela União Soviética naquela década, além da perda do prestígio do Exército Vermelho, derrotado no Afeganistão (MEDEIROS, 2008); a ascensão ao poder de Mikhail Gorbachev naquele país, que propôs fracassadas reformas liberalizantes e descentralizadoras na estrutura das instituições políticas e da produção, não apoiou a repressão dos governos dos seus países satélites contra as oposições liberais e renunciou ao uso da força militar para manter o *status quo* soviético na Europa Centro-Oriental (ARANTES JR., 2015); e a emergência nos países da região de diversos movimentos liberais de oposição aos regimes liderados por setores da sociedade civil apoiados por recursos ideológicos e materiais ocidentais, dentre os quais o mais conhecido foi o “Fórum Cívico” na Tchecoslováquia, cujas atividades resultaram na chamada “Revolução de Veludo” (PAŘIZKOVÁ, 2016).

Como resultado, entre 1989 e 1991, todos os países da Europa Centro-Oriental realizaram eleições consideradas “livres” pelos observadores ocidentais, fato que significou o fim dos regimes neoestalinistas e a sua substituição pelas instituições liberais representativas, ditas “democráticas”. Na Polônia, Hungria e Tchecoslováquia, formaram-se novas elites dirigentes liberais, embora em muitos casos seus integrantes fossem antigos dirigentes e funcionários da *nomenklatura* dos regimes em colapso (ARANTES JR., 2015). Esses governos, dirigidos por “especialistas identificados com os meios de negócios e as instituições financeiras do Ocidente” (ARANTES JR., 2015, p. 307), deram início às “reformas liberalizantes” sob os auspícios de governos estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos, e de órgãos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, promovendo a substituição do planejamento centralizado das atividades produtivas, próprio do modelo neoestalinista, pelo que se considera ser a “economia de mercado” (ŠIK, 1990).

Dessa forma, apesar das muitas dificuldades que se seguiram ao colapso dos regimes neoestalinistas e da grande defasagem em termos

de prosperidade material e índices de padrão de vida que apresentavam em relação à Europa Ocidental, no início da década de 1990 os governos daqueles países puderam, pela primeira vez em mais de meio século, definir os rumos das suas relações internacionais sem tantos constrangimentos. Impedir nova subordinação direta a alguma potência estrangeira passou a ser considerado o principal objetivo estratégico das suas políticas externas e de desenvolvimento produtivo, financeiro e militar, para o que a integração às instituições euro-atlânticas, devido à sua estabilidade e poder, afigurou-se como a estratégia política mais razoável (ARANTES JR, 2015). Ademais, a percepção de compartilharem heranças e destinos e de possuírem objetivos em comum, exposta na própria declaração de fundação do Grupo de Visegrad, indicaram para suas elites dirigentes o caminho da união das suas forças num processo de integração regional.

FORMAÇÃO E OBJETIVOS DO GRUPO DE VISEGRAD: INTEGRAÇÃO ÀS ALIANÇAS TRANSATLÂNTICAS E PEÇA DE AVANÇO DA "HEGEMONIA OCIDENTAL"

O Grupo de Visegrad é uma organização composta por Polônia, República Tcheca, Eslováquia e Hungria (doravante, V4). Ele foi criado em 15 de fevereiro de 1991 durante uma reunião dos chefes de governo, na época, dos três países vizinhos⁸, realizada na pequena vila húngara de Visegrad, escolhida por ter sido o local do encontro histórico, em 1335, entre os reis da Boêmia, Hungria e Polônia (KUGIEL, 2016).

Em rigor, considerando-se todo o contexto geopolítico e histórico comum citado, compreende-se o teor dos objetivos apresentados na curta "Declaração de Visegrad", o documento de fundação do V4, cujo título já é indicativo do propósito principal para a sua formação: "Declaração sobre a cooperação entre a República Federal Checa e Eslovaca, a República da Polônia e a República da Hungria na busca pela integração europeia". Ele afirma que "a similaridade da situação que se desenvolveu nas últimas décadas determinou para esses três países objetivos básicos convergentes", que seriam: a "restituição integral da independência do Estado, democracia e liberdade"; a "eliminação de todos os aspectos sociais, econômicos e espirituais existentes do regime totalitário"; "a construção de uma democracia parlamentar, um moderno Estado de Direito, o respeito pelos direitos humanos e liberdades"; a "criação de uma moderna economia de

⁸Já que República Tcheca e Eslováquia constituíam a Tchecoslováquia, que se dissolveu

pacificamente em 1993.

livre mercado”; e o “envolvimento integral no sistema político e econômico europeu, assim como no sistema de segurança e legislação” (VISEGRAD... , 1991)⁹.

Pouco mais de uma década após sua fundação, seus quatro membros conseguiram coordenar a entrada conjunta, e com razoável celeridade, nas principais instituições supranacionais ocidentais. Hungria, Polônia e República Tcheca aderiram à OTAN em 1999 – a Eslováquia o fez em 2004 –, colocando-se dentro do território diretamente submetido à influência do aparato militar norte-americano. Anteriormente, eles já haviam entrado no Conselho da Europa (1990, 1991 e 1993, respectivamente), etapa preliminar para o ingresso na União Europeia. No que diz respeito à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), os tchecos aderiram em 1995, húngaros e poloneses em 1996 e os eslovacos, em 2000. Finalmente, os quatro países aderiram conjuntamente à União Europeia em 2004, valendo ainda lembrar que a Eslováquia também adotou o euro em 2009. Esse rápido processo criou as condições de estabilidade institucional e política que lhes permitiu expandir consideravelmente suas atividades produtivas (HOLMAN, 2005)¹⁰ e se integrar rapidamente aos circuitos europeus ocidentais de produção, comércio e finanças, tornando-se, em particular, área privilegiada de expansão de capitais privados alemães, alcançando níveis de prosperidade material bastante superiores à qualquer coisa que tenham experimentado sob os regimes neoestalinistas (ARANTES JR., 2015).

Isso posto, passados 25 anos da sua criação o V4 obteve considerável êxito nos seus primeiros fins. Porém, é necessário destacar que ele não

⁹Tradução a cargo dos autores. Por sua vez, a apresentação do Grupo afirma que *“a República Tcheca, Polônia, Hungria e Eslováquia sempre fizeram parte de uma mesma civilização, compartilhando valores culturais e intelectuais e raízes comuns em tradições religiosas diversas, que eles desejam preservar e fortalecer”*.

¹⁰A República Tcheca, país de forte e antiga tradição industrial, rapidamente recuperou sua indústria da crise que se seguiu ao fim do *“socialismo real”*. Hoje, muitas das maiores empresas da Europa Central são tchecas, operando em atividades como geração e distribuição de energia, petroquímica, logística e transportes, além de grupos antigos e bem conhecidos, como a automobilística *Škoda* (embora sob controle privado estrangeiro do Grupo *Volkswagen*). A Polônia também vem apresentando elevadas taxas de crescimento da produção – foi o único país europeu que logrou evitar recessão desde a crise global de 2008 - e consolidação da sua industrialização, bastante diversificada, embora historicamente menos avançada que a tcheca. O país apresentou em 2014 o oitavo maior produto interno bruto da União Europeia e o vigésimo terceiro do mundo. Finalmente, a Hungria e a Eslováquia têm se destacado como importantes centros logísticos e de indústrias e serviços de alta tecnologia, servindo como bases avançadas de diversas empresas estrangeiras, que se instalaram nas suas capitais.

se deveu apenas aos interesses dos seus governos, pois a sua integração também foi peça essencial no avanço da "hegemonia ocidental" em toda a Europa Centro-Oriental (ARANTES JR., 2015, p. 416)¹¹. Com efeito, havia clara percepção, principalmente por parte de dirigentes alemães como o chanceler Helmut Kohl, de que era necessário integrar aqueles países à Europa com vistas a permitir que se desenvolvessem materialmente, pois a própria Alemanha reunificada não poderia assegurar sua segurança e estabilidade tendo países depauperados e politicamente instáveis na sua fronteira oriental (MARSH, 1995).

Todavia, foram os governos dos Estados Unidos, e não os dos países europeus, os principais agentes promotores desse avanço. Isso porque, durante as décadas de 1990 e 2000, era considerado fundamental pelos estrategistas dos governos de Bill Clinton e George W. Bush aproveitar o vácuo de poder na região, decorrente da imensa fragilidade da Rússia pós-soviética governada por Bóris Ieltsin, para ocupar aquele espaço mediante a extensão da hegemonia das instituições ocidentais na sua direção, onde e como fosse possível. Assim, se frequentemente os dirigentes de muitos países europeus mostravam cautela nesse avanço, por não desejar abalar suas relações com os russos – com quem mantém consideráveis relações comerciais e dos quais dependem significativamente para o seu abastecimento energético (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 111) –, o mesmo não se passava com os americanos, que, a despeito do fim do comunismo e da União Soviética, continuaram vendo a Rússia como seu principal rival pelo controle da Eurásia. Utilizando os ataques terroristas do 11 de setembro de 2001 e a subsequente guerra contra os talibãs no Afeganistão como pretexto, os americanos firmaram acordos para a instalação de grandes bases aéreas em países como Cazaquistão, Uzbequistão, Quirguistão e Turcomenistão, impondo a sua presença militar direta no antigo Turquestão soviético, o núcleo do *Heartland* da Ásia Central (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 65, 91-92).

Ademais, os americanos pressionaram intensamente pela expansão da OTAN para a Europa Centro-Oriental, Cáucaso e Ásia Central,

¹¹ "A hegemonia ocidental tem como traços distintivos a concentração do poder em matéria de relações internacionais nas mãos de um grupo formado por América do Norte, Europa Ocidental e Japão, sob a direção última dos Estados Unidos; a diluição – em termos ideológicos – desse predomínio, sob a forma da invocação do papel de entidades internacionais, entre elas a ONU; e a busca de legitimidade nos conceitos de liberdade, democracia e proteção dos direitos humanos. Os conceitos tradicionais de igualdade jurídica entre os Estados, soberania e não intervenção têm sido relegados a um plano secundário, no discurso ocidental".

incorporando antigos satélites e possessões soviéticas, como os países bálticos, ou criando programas de cooperação militar para a realização de exercícios conjuntos, visando integrá-los futuramente à aliança (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 91)¹². Foi essa a razão principal pela qual os países do V4, dentre outros, aderiram à aliança militar transatlântica anos antes de ingressarem na União Europeia.

De fato, tal foi o empenho americano em desferir um golpe letal na influência russa naqueles anos que o avanço ocidental deu-se, até mesmo, por intermédio de intervenções militares diretas, “com perdas humanas e amplos prejuízos materiais” (ARANTES JR, 2015, p. 433). Foi o que se viu nos ataques da OTAN, liderada pelas forças americanas, à Sérvia em 1999, com vistas a depor o então presidente Slobodan Milošević sob o pretexto de proteger os “direitos humanos” da minoria albanesa no Kosovo. A política americana avançou até mesmo a ponto de fragmentar aquele país por meio da ocupação e posterior desmembramento de partes do seu território por “missões de paz” e administrativas sob mandato da ONU, promovendo a independência de Montenegro e Kosovo (ARANTES JR, 2015, p. 434-437), desde então microestados garantidos pelas instituições ocidentais¹³. Isso não foi obra do acaso, principalmente se considerarmos que, há séculos, a Sérvia tem sido o principal aliado da Rússia nos Balcãs, se não mesmo em toda a Europa Centro-Oriental.

Logo, precisamos considerar o quanto a formação do Grupo de Visegrad e a execução dos seus objetivos preliminares foram, também, reflexos das políticas das alianças euro-transatlânticas, lideradas pelos Estados Unidos, de avanço das suas instituições sobre a Europa Centro-Oriental e outras áreas anteriormente sob influência ou hegemonia soviética, com vistas a conter ou “cercar” a Rússia (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 97), aproveitando-se da sua imensa fragilidade após o colapso da URSS. Portanto, se por um lado as elites dirigentes do V4 pretendiam

¹² “[...] os Estados Unidos haviam constituído o NATO’s Partnership for Peace Programm para as antigas repúblicas soviéticas, realizando exercícios militares conjuntos na região desde 1997. Todos os países da Ásia Central passaram a integrar o NATO’s North American Co-operation Council. E [...] em 1999, incluíram numa estrutura militar Geórgia, Ucrânia, Uzbequistão, Azerbaijão e Moldávia, visando criar uma real alternativa para a Comunidade dos Estados Independentes, liderada pela Rússia, como passo inicial para integrar esses países na OTAN”.

¹³ Ambos são usuários do euro, a moeda comum da União Europeia. Além disso, esses atos aconteceram à revelia da Resolução 1244 do Conselho de Segurança da ONU, de 1999, que afirmava o compromisso com a integridade territorial da Sérvia e que o *status* político do Kosovo seria decidido mediante acordo político (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 112). Ademais, destaque-se ainda que Montenegro aderiu recentemente à OTAN, em 5 de junho de 2017.

fortalecer e modernizar os seus estados após a queda dos regimes neoestalinistas, por outro optaram por entregar parcelas razoáveis das suas soberanias em favor da inserção nas instituições ocidentais de integração política, financeira e militar, mais estáveis, associando-se (ou, por outro lado, subordinando-se) a elas e contribuindo, também, para a "reintrodução da hegemonia ocidental na região" (ARANTES JR., 2015, p. 321).

A REAÇÃO RUSSA AO AVANÇO DA HEGEMONIA OCIDENTAL

A partir do momento em que assumiu a Presidência da Federação Russa, em 7 de maio de 2000, Vladimir Putin empenhou-se essencialmente em reestruturar (ou recuperar) o patrimônio e as capacidades produtivas, financeiras e militares do Estado russo, intensamente destruídas nos anos que antecederam o colapso da União Soviética e durante o governo de Bóris Ieltsin, especialmente devido à "débâcle financeira" decorrente da crise de insolvência do país em 1998 (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 110). Então, liderou diversas reformas com o objetivo de executar uma "estratégia de centralização do poder em que a doutrina independente de segurança militar, a autonomia em relação aos Estados Unidos e um maior controle dos mercados constituíam seus traços mais visíveis" (MEDEIROS, 2008, p. 245), ao mesmo tempo em que combateu com sucesso as aspirações separatistas de regiões como a Chechênia.

Não obstante, Putin comandou amplo processo de reorganização das relações de propriedade e exploração dos imensos recursos energéticos do país mediante a reestatização de empresas como a Gazprom, Lukoil e Yukos, cooptando os chamados "oligarcas" a se subordinarem ao seu projeto de recuperação do poder estatal, assumindo papéis de destaque na recuperação da infraestrutura e na reativação da produção industrial do país, incluindo o combalido complexo industrial-militar (MEDEIROS, 2008, p. 249). Impulsionada pela alta significativa dos preços internacionais do petróleo e do gás nos anos 2000, a estratégia de Putin logrou, em poucos anos, multiplicar o produto interno bruto, a renda per capita e a arrecadação tributária do Estado. No plano das relações internacionais, ele passou a utilizar o controle estatal sobre esses recursos como instrumentos de projeção do poder da Rússia, principalmente visando recuperar influência e exercer pressão sobre antigas possessões soviéticas como a Ucrânia, dependentes do abastecimento dos seus recursos energéticos, mas também nas suas relações com a União Europeia, principal consumidora daqueles.

Dessa forma, a partir de meados dos anos 2000, Putin começou a dar seguidas demonstrações de já considerar a Rússia suficientemente organizada e capacitada para retomar a assertividade nas suas relações exteriores. Com isso, ela retomou a sua condição tradicional de *“player state”* no *“grande jogo”* do poder na Eurásia (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 111).

Então, no início de 2007, o governo de George W. Bush tornou públicas propostas de estabelecer bases antimísseis na Polônia e República Tcheca e propôs à Ucrânia e à Geórgia que aderissem à OTAN. Caso isso acontecesse, *“os Estados Unidos e as potências ocidentais conquistariam enorme vantagem geoestratégica, cercando a Rússia com poderosa estrutura militar, ao armar os exércitos da Ucrânia e da Geórgia e instalar bases da OTAN nas suas fronteiras”* (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 113). Reagindo a esses acontecimentos, Putin declarou que *“os Estados Unidos haviam ultrapassado suas fronteiras nacionais em todos os setores”*, advertindo contra a expansão da aliança transatlântica, *“uma organização político-militar que reforça sua presença em nossas fronteiras”*. Finalmente, afirmou também que, ao fazê-lo, os Estados Unidos precipitariam o mundo num *“abismo de permanentes conflitos”* (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 111).

Desde o governo de Bill Clinton, autoridades da inteligência americana haviam elaborado políticas com vistas a fazer da Geórgia um *“pivô”* na nova política de contenção da Rússia, impedindo que esta voltasse a dominar a região do Cáucaso. No final de 2001, o presidente recém-eleito Eduard Shevardnadze realizou visita a Washington, D.C., onde solicitou auxílio econômico e militar, assinou acordo de parceria estratégica com a OTAN (embora a Rússia ainda mantivesse três bases militares no país) e autorizou a construção de importante oleoduto atravessando o território georgiano, permitindo o escoamento da produção energética do mar Cáspio pelo porto turco de Ceyhan, em direção ao Ocidente (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 94).

Todavia, devido a graves dificuldades financeiras, este governo tornou-se instável e extremamente impopular, resultando na eclosão de grandes manifestações de oposição. Assim, em novembro de 2003, com a vitória da chamada *“Revolução Rosa”* – *“planejada e coordenada desde Washington”* (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 94) –, foi instalado um governo francamente pró-Ocidente liderado por Mikhail Saakashvili, advogado formado nos Estados Unidos. Ele determinou o fechamento de base

militar russa e firmou acordo de cooperação militar e fornecimento de equipamentos militares com o governo e empresas privadas americanas.

Em 2005, George W. Bush visitou o país, ocasião na qual seu governo já mantinha dois programas de auxílio militar: o *Georgia Train and Equip Program* e o *Georgia Security and Stability Operations Program* (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 95). Conforme se aprofundavam as relações diplomáticas e militares entre os dois países, em julho de 2008 os americanos coordenaram em território georgiano um exercício militar intitulado *Immediate Response*, no qual treinaram forças locais e do Azerbaijão, Armênia e Ucrânia, todas ex-repúblicas soviéticas. Novamente, sobreveio a reação russa nas palavras do ministro das Relações Exteriores Sergei Lavrov, que afirmou que aquelas iniciativas representavam "real ameaça à paz e segurança" da Rússia, o que poderia lançar a região "à beira de um novo conflito armado, de consequências imprevisíveis" (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 114).

Diante disso, poucas semanas depois, em 8 de agosto de 2008, o sucessor político e subordinado de Putin recém-empossado presidente da Rússia, Dmitry Medvedev, ordenou o início da intervenção militar na Geórgia, usando como pretexto a defesa da autonomia das regiões separatistas da Ossétia do Sul e Abkhazia, cuja invasão havia sido planejada por Saakashvili e consentida pelo governo americano. Em apenas cinco dias, as forças russas ocuparam integralmente as duas regiões e impuseram severa derrota aos georgianos, enquanto seus aliados ocidentais não foram além da adoção de "medidas simbólicas" contra os russos e do envio de ajuda humanitária.

Com isso, "pela primeira vez, desde o desaparecimento da União Soviética", a Rússia havia decidido enfrentar o avanço ou cerco ocidental na direção das suas fronteiras por meio de uma "decisiva intervenção militar" sobre um dos seus mais próximos aliados (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 116). A partir de então, os governos de Medvedev e Putin assumiram a iniciativa estratégica no Cáucaso, ordenando a realização de diversas manobras estratégicas e treinamentos das suas forças armadas. Ademais, tomaram ainda outras iniciativas que exprimem "demonstrações de força" contra o Ocidente, elevando significativamente os orçamentos militares, reforçando a presença naval russa no Atlântico e no Mediterrâneo, expandindo suas bases navais no mar Negro e em Tartus, na Síria, além de reativar os voos de patrulha por bombardeiros estratégicos, interrompidos desde 1992 (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 116).

Na Ucrânia, os movimentos de avanço da hegemonia ocidental se deram em caracteres semelhantes aos ocorridos na Geórgia, embora neste caso a ação americana tenha sido reforçada pelo maior interesse dos europeus em integrá-la à União Europeia. O país, dotado de grandes recursos territoriais, demográficos e naturais, “celeiro” e segunda república mais importante da antiga União Soviética, localiza-se exatamente entre a Rússia e as fronteiras orientais da OTAN, razões pelas quais possui “enorme significação geoestratégica” para os Estados Unidos na sua política de cerco (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 98).

Então, assim como na Geórgia, na Ucrânia os americanos apoiaram com amplos recursos materiais e ideológicos a chamada “Revolução Laranja” em 2004, que resultou na derrota eleitoral de Viktor Yanukovych, candidato do então presidente Leonid Kuchma, alvo de grande insatisfação popular, em favor de Viktor Yushchenko, favorável ao alinhamento do país com as instituições euro-atlânticas (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 96). Todavia, este governo fracassou em assegurar bases estáveis de governabilidade e, sem ter conseguido avançar nos seus objetivos de integração, Yushchenko recebeu apenas 5% dos votos nas eleições de 2010, vencidas por Yanukovych, nativo do leste ucraniano de população majoritariamente russa e partidário do aprofundamento das relações com a Rússia.

Destarte, deu-se a partir daí grave acirramento da disputa pelo controle e influência sobre os destinos do país entre partidários de dois grupos antagônicos, um pró-Occidente, majoritário nas províncias ocidentais e setentrionais, e outro pró-Rússia, dominante nas do sul e leste, ambos apoiados por amplos recursos cedidos pelos seus patrocinadores estrangeiros. Não obstante, em fevereiro de 2014, eclodiu em diversas regiões do país uma onda de grandes manifestações de oposição ao governo de Yanukovych, que em dezembro do ano anterior havia fechado acordo bilionário de ajuda financeira e energética com o governo de Vladimir Putin em resposta às pressões pela não assinatura do acordo de associação com a União Europeia, frustrado devido à recusa de Yanukovych em atender às exigências de libertar opositores políticos.

O resultado desse conflito foi a chamada “Revolução Ucraniana” de 2014, que resultou em violenta repressão governamental contra os manifestantes (mais de 100 mortos) e na deposição de Yanukovych em 22 de fevereiro pelos votos de mais de 2/3 dos parlamentares ucranianos, em processo cuja celeridade e procedimentos fugiram às normas

constitucionais. Não obstante, diante da iminência da perda do país mais importante no imediato entorno estratégico russo para a esfera de influência ocidental, em março Putin decidiu novamente pelo emprego de meios militares, ocupando e anexando (sem reconhecimento internacional) a península da Crimeia e apoiando logística e politicamente movimentos secessionistas no leste ucraniano, como as autoproclamadas repúblicas populares de Donetsk e Luhansk, combatidas pelas forças do governo ucraniano. Foi quando começou a inconclusiva guerra civil no leste da Ucrânia, ou a "Guerra no Donbass", que entre civis, militares e rebeldes já deixou quase dez mil mortos e, segundo estimativas, mais de dois milhões de deslocados.

Com efeito, as intervenções militares na Geórgia em 2008 e na Ucrânia em 2014 demonstraram que, após 20 anos de não-intervenção direta nos assuntos da Europa Centro-Oriental - fosse por aparente "opção", como a feita por Gorbachev, ou por debilidade e sujeição, como nos tempos de Ieltsin -, a Rússia, sob o comando de Putin e Medvedev, retomou condições materiais, militares e políticas de retornar ao "grande jogo" da disputa pela hegemonia na Eurásia. Assim, a passividade anteriormente demonstrada diante do avanço da hegemonia ocidental e das instituições euro-atlânticas sobre antigos satélites e ex-repúblicas soviéticas deu lugar à retomada do "ativismo" russo na região por diversos meios, incluindo o uso da força militar.

Em função dessa substancial alteração do quadro geopolítico da região, propomos investigar a hipótese do recente recrudescimento do chamado "*shatterbelt*" da Europa Centro-Oriental e, também, analisarmos o redirecionamento das políticas e objetivos do Grupo de Visegrad.

O GRUPO DE VISEGRAD COMO NOVO PIVÔ DA POLÍTICA OCIDENTAL DE CONTENÇÃO DA RÚSSIA

A "Declaração de Bratislava", emitida por ocasião de reunião comemorativa do vigésimo aniversário do V4 em 2011, atualizou os objetivos expressos na carta de fundação. Considerando que os fins de integração política e econômica com a Europa já haviam sido concretizados, ela enfatizou as preocupações com a segurança dos estados-membros. Além de reiterar o apoio integral à continuidade do processo de expansão da União Europeia e da OTAN para os Balcãs, o documento afirmava a necessidade de "apoiar e advogar a promoção das relações euro-atlânticas,

incluindo o desenvolvimento de complementaridades estratégicas próximas entre a OTAN e a União Europeia, que são consideradas essenciais para a segurança de longo prazo dos nossos países e de toda a área euro-atlântica”, e que “o atual ambiente internacional coloca desafios cada vez mais complexos de uma natureza universal que vão muito além dos meios de países individuais”, citando como ameaças a imigração ilegal e o tráfico de drogas e pessoas, além de outras, de definição arbitrária, como o “terrorismo” e o “extremismo” (THE BRATISLAVA..., 2011, p. 1-2, tradução nossa).

Não obstante, com os desenvolvimentos posteriores da crise na Ucrânia e após a anexação da Crimeia pelos russos, na principal declaração produzida em 2015, o V4 se referiu ao que percebe como ameaças à segurança dos seus países vindas principalmente do “leste”, mencionando nominalmente a Rússia, além de citar, também, questões relacionadas à entrada de grandes contingentes de imigrantes na Europa:

O ambiente de segurança da Europa é dinâmico e imprevisível, com ameaças crescendo na vizinhança imediata da UE e além. No leste, mais de um ano depois da anexação ilegal da Crimeia, a Rússia continua a violar a lei internacional, minando a soberania e integridade territorial da Ucrânia, e afirmando um desafio para a União Europeia e a segurança dos seus estados-membros. No sul, um cinturão de estados fracos e desestabilizados agora se estende do norte da África [...] até o Iraque e Iêmen, criando um ambiente propício a desafios como fluxos migratórios sem precedentes. Neste contexto, ressaltamos a necessidade de uma abordagem equilibrada e inclusiva, visando ameaças e desafios que a UE enfrenta tanto no leste quanto no sul (BRATISLAVA..., [2015], p. 1, tradução nossa).

Com efeito, esses governos também começaram a pressionar mais abertamente pela expansão das instituições ocidentais para o leste com vistas a incorporar países no imediato entorno estratégico russo. Assim, em maio de 2016, promoveram encontro em Praga dos seus ministros das relações exteriores com representantes dos países da “Parceria Oriental” (*Eastern Partnership*) – criada pelas autoridades da UE em 2009, visando estabelecer relações privilegiadas com Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Geórgia, Moldávia e Ucrânia, todos ex-repúblicas soviéticas –, dos órgãos da UE voltados às negociações para o seu alargamento e dos governos sueco, holandês e alemão.

Na declaração produzida naquela ocasião, reafirmaram o seu "intenso suporte à Política Oriental como dimensão estratégica da Política de Vizinhança Europeia", considerando bem-vindo o "foco renovado" necessário para a sua consolidação e reforço. Também declararam apoio à realização de reformas que "fortalecessem a estabilidade interna e resiliência dos parceiros", considerados fundamentos para uma cooperação baseada em "valores comuns, interesses mútuos e compromissos, assim como livre arbítrio, respeito pela soberania e independência de todas as partes e não direcionada contra ninguém". Não obstante, ressaltaram também a "necessidade de reagir estrategicamente às consequências do atual contexto geopolítico desafiante" que a região apresenta.

Citando nominalmente a Geórgia, Moldávia e Ucrânia, os governos do V4 afirmaram considerar uma "tarefa-chave" implementar acordos de associação e livre comércio com esses países, oferecendo seu apoio às reformas necessárias, "condições que trarão esses países gradualmente mais perto da União Europeia [...]". Ademais, afirmaram desejar também estabelecer relações de cooperação num "amplo espectro de áreas de forma a incrementar a resiliência dos países-parceiros e sua habilidade de resistir às pressões internas e externas, desse modo contribuindo para a estabilidade da região". Também foi enfatizada a necessidade de manter a "inclusividade" do programa, permitindo que Armênia, Azerbaijão e Bielorrússia optem por estabelecer relações individuais com a UE. Além disso, reiteraram crer que "a anexação ilegal da Crimeia pela Rússia representa uma violação da lei internacional e um desafio para a segurança europeia", reivindicando a "implementação integral" do cessar-fogo imediato estabelecido pelo recém-assinado Acordo de Minsk e a resolução pacífica do conflito ucraniano "de acordo com a lei internacional". Finalmente, reiteraram o apoio dos governos do V4 à "unidade, soberania, independência e integridade territorial" da Ucrânia (JOINT..., 2016, p. 1, tradução nossa).

Em setembro de 2016, após encontro dos quatro primeiros-ministros do V4 com o então primeiro-ministro da Ucrânia, Volodymyr Groysman, o V4 declarou ter "reiterado seu intenso suporte à integridade territorial da Ucrânia e confirmou a política de não-reconhecimento da anexação ilegal da Crimeia pela Federação Russa", destacando, também, o seu apoio ao cessar-fogo então declarado na região do Donbass, urgindo a "todas as partes que [o] respeitem e abduquem de ações que desestabilizem a situação na região". Ademais, eles também expressaram seu "intenso

apoio à pronta finalização do processo de ratificação do Acordo de Associação, incluindo a Área Compreensiva de Livre Comércio, entre a União Europeia e a Ucrânia”, ressaltando os programas de cooperação entre os respectivos governos para a criação de um estado ucraniano “moderno [...] baseado em instituições estáveis e transparentes” (COMMUNIQUÉ..., [2016], tradução nossa).

Não obstante, após reunião dos primeiros-ministros do V4 à margem da reunião do Conselho Europeu realizada em Bruxelas em dezembro de 2016, nova declaração do grupo se referiu aos “desafios-chave que a União Europeia precisa enfrentar”. Então, considerando as “pressões migratórias” como um problema de segurança a ser “resistido efetivamente” mediante o “controle total sobre as fronteiras externas” do bloco, a declaração defendia a “cooperação próxima da União Europeia e OTAN” como elemento “vital para elevar a Política Comum de Segurança e Defesa e a segurança da Europa”, elogiando, ainda, os progressos feitos na implementação da Declaração Comum UE-OTAN, que “provê medidas para avançar a cooperação prática entre as duas organizações”. Eles reafirmaram, ainda, o apoio à rápida ratificação do acordo de livre comércio e isenção de vistos com a Ucrânia, um “importante elemento da política de Parceria Oriental, que os países de Visegrad consideram uma dimensão estratégica da Política de Vizinhança Europeia” (JOINT..., 2016a, p. 1, tradução nossa).

Finalmente, na declaração emitida pelo grupo em março de 2017, após encontro entre os seus ministros da defesa, os governos dos países do V4 acordaram: “implementar totalmente as decisões da reunião de cúpula da OTAN em Varsóvia, incluindo o fortalecimento do flanco oriental”. Então, eles “reconfirmaram a importância da presença avançada incrementada para a dissuasão e defesa mais efetivas” da aliança militar; discutiram a contribuição das suas forças militares às “Medidas de Garantia para os Estados Bálticos” adotadas pela OTAN para o ano de 2017, com a sua instalação, entre outras, na Estônia, Letônia e Lituânia, além de reiterar compromisso dos países do V4 com a segurança desses estados, antigas repúblicas soviéticas; acordaram o estabelecimento de quartel-general da Divisão Multinacional Nordeste na cidade polonesa de Elblag – próxima à fronteira com o enclave russo de Kaliningrad e ao chamado “Suwalki gap”, estreita passagem de terra que liga Polônia e Lituânia imprensada pelos territórios russo e bielorrusso, considerado o ponto mais frágil de toda a fronteira oriental da OTAN –, destinada a

“fortalecer a eficiência da OTAN em empreender tarefas de defesa coletiva no flanco oriental”; enfatizaram a recente instalação da Brigada Blindada de Combate Americana na Polônia como importante para “assegurar a segurança de toda a região e fortalecer a relação transatlântica”; finalmente, expressaram o seu “suporte ao desenvolvimento posterior da Política de Defesa e Segurança Comum da União Europeia”, concordando que ela deve lidar com os “desafios da segurança de todos os membros de maneira efetiva” ao mesmo tempo em que fortalece a OTAN (JOINT..., 2017, p. 1, tradução nossa).

O ACIRRAMENTO DA TENSÃO NO “SHATTERBELT”

Com efeito, alguns fatos ocorridos refletem o grande crescimento da tensão em toda a Europa Centro-Oriental e no seu entorno estratégico, especialmente no mar Báltico, indicando escalada armamentista na região e suscitando temores quanto ao possível “transbordamento” do conflito ucraniano. Entendemos que eles sinalizam o elevado ganho de intensidade das disputas no velho “*shatterbelt*”, que havia declinado significativamente nas duas décadas anteriores.

Em junho de 2016, autoridades militares da Alemanha e Polônia, reunidas na cidade alemã de Rostock, anunciaram inédito programa de cooperação entre as suas forças navais fundamentado no estabelecimento de “Autoridade de Operações Submarinas” comum. Este órgão, subordinado ao Centro de Operações Marítimas alemão, destina-se ao controle operacional sobre a totalidade da frota submarina dos dois países – seis alemães e cinco poloneses –, realizando operações majoritariamente no mar Báltico. Ele objetiva estreitar os compromissos de promoção da segurança mútua entre Alemanha e Polônia iniciados em 1999, mediante acordo para a proteção e compartilhamento de informações relacionadas à segurança, e levados adiante no âmbito multilateral por meio da participação dos dois países na OTAN. A reação do governo russo foi imediata. O ministro da defesa do país, Sergei Shoigu, condenou o acordo como uma “provocação desnecessária” e afirmou que a progressiva expansão das posições da OTAN na direção da Rússia “minava a estabilidade estratégica na Europa”, forçando o país a tomar o que chamou de “medidas retaliatórias” (KOSINSKI, 2016b, p. 4-5).

Em outubro, as Forças Armadas russas deslocaram baterias de mísseis *Iskander* para bases militares no exclave de Kaliningrado. Eles

possuem raio de alcance de aproximadamente 500 quilômetros, permitindo alvejar capitais como Varsóvia, Vilnius, Riga e Copenhagen, além dos arredores de Berlim e Estocolmo. Segundo declarações do governo russo, tratou-se de “operação rotineira” que teria sido acompanhada por satélite de reconhecimento americano. Não obstante, o movimento foi percebido por autoridades como o Ministério da Defesa polonês, que afirmou considerá-lo “altamente preocupante” (KOSINSKI, 2016a, p. 4-5).

Em janeiro de 2017, uma brigada blindada americana se instalou na cidade de Zagan, no oeste da Polônia, onde deverá ficar sediada até o fim de 2017. O comboio, composto por 24 veículos blindados *Humvee* e dez caminhões, compõe “uma das maiores mobilizações de forças americanas na Europa desde o fim da Guerra Fria”, segundo informações da Agência France-Presse. Em abril do mesmo ano, outro contingente de militares americanos chegou ao país. Esse movimento representa apenas o “primeiro transporte de soldados [...] e material militar pesado” americano para os países da Europa Centro-Oriental no contexto da operação *Atlantic Resolve*, ordenada por Barack Obama nos seus últimos dias de mandato. No total, a operação envolverá mais de três mil soldados americanos, centenas de tanques e armamento pesado, que ficarão instalados também em outros países como Estônia, Letônia, Lituânia, Hungria, Romênia e Bulgária¹⁴. O governo russo, por meio de declarações do seu porta-voz, afirmou considerar a movimentação de forças militares “uma ameaça contra nós”, principalmente por se tratar de “um terceiro país” que “reforça sua presença militar em nossas fronteiras”, embora “nem mesmo [seja] um país europeu”. Já o vice-chanceler russo, Alexei Mechkov, disse que a mobilização “é um fator para desestabilizar a segurança europeia” (KOSINSKI, 2017a, p. 4-5).

No início de março do mesmo ano, foi anunciada a criação do primeiro comando militar unificado da União Europeia. Intitulado

¹⁴Negociações para a instalação de tropas, equipamentos e sistemas militares e mísseis americanos em países como Polônia, República Tcheca e Hungria vinham se desenvolvendo sem sucesso desde o governo de George W. Bush. A decisão de Barack Obama de autorizar o seu envio indica sua clara disposição em comprometer Donald Trump com a manutenção do aparato de segurança americano na região. Isso porque, durante a última campanha presidencial, Trump declarou em diversas ocasiões a sua disposição em condicionar a participação americana na defesa dos países europeus a maiores contribuições financeiras para a OTAN. Além disso, ele também tem demonstrado proximidade com Putin, exatamente no momento em que os governos centro-europeus temem a retomada do que entendem ser o “ativismo” russo na região.

Military Planning and Conduct Capability (MPCC), ele ficará sediado em Bruxelas, na Bélgica, e entrou imediatamente em operação, a princípio coordenando missões europeias na África. Embora ainda represente passo preliminar, muito aquém da criação de forças armadas comuns ou comandos militares plenamente centralizados para a UE, o surgimento do MPCC indica os avanços que ela vem alcançando na implementação das suas políticas globais de segurança e defesa. Podemos apontar alguns fatores que figuram como responsáveis pela celeridade com que recentemente, ao contrário do que ocorreu durante décadas, os planos comuns de defesa e estratégia militar da União Europeia vêm sendo executados: a eleição de Trump e as incertezas com relação ao comprometimento político dos Estados Unidos com a defesa europeia por meio da OTAN; a guerra civil na Síria, a fragmentação deste e de outros países como a Líbia e o Iraque e a imigração em massa de refugiados para a Europa; e, principalmente, a preocupação com os avanços da Rússia no leste (KOSINSKI, 2017c, p. 5).

CONCLUSÃO

Neste artigo, procuramos investigar as condições geopolíticas e históricas dos países do Grupo de Visegrad, razões que, no nosso entendimento, levaram os seus governos a tomar a iniciativa de formá-lo em 1991 tão logo puderam exercer as suas prerrogativas soberanas nas relações internacionais com alguma liberdade. Nos referimos, principalmente, às condições estratégicas excepcionais da Europa Centro-Oriental na disputa pela hegemonia na Eurásia e às seguidas guerras e ocupações estrangeiras impostas pelas grandes potências militares localizadas nas suas imediações, principalmente a Alemanha (até a Segunda Guerra Mundial) e a Rússia. Ademais, identificamos nas próprias declarações do V4 que as percepções dessas condições e os temores quanto à sua eventual repetição no futuro levaram esses governos a adotar posições favoráveis à rápida integração às instituições políticas e militares euro-atlânticas identificadas com a hegemonia ocidental, que também por seu intermédio, avançou significativamente na Eurásia durante os vinte anos de flagrante debilidade russa.

Da perspectiva russa, é razoável supor que esse avanço tenha sido interpretado como uma ameaça à sua segurança estratégica e evidente disputa pela influência e controle sobre regiões que, historicamente, os russos têm considerado essenciais para a segurança, prosperidade e – não menos importante – prestígio do seu país. O caso ucraniano é certamente

o mais extremo, na medida em que, além da grande importância estratégica dos seus recursos, trata-se de país considerado berço da própria identidade nacional russa¹⁵. Desta forma, este quadro começou a mudar quando, em meados dos anos 2000, Vladimir Putin logrou recuperar as condições políticas, materiais e militares necessárias para que a Rússia retomasse papel ativo nas relações internacionais e no ordenamento geopolítico da Europa Centro-Oriental e, em linhas gerais, de toda a Eurásia.

Com isso, deu-se o acirramento da disputa pela influência e controle sobre as regiões, no entorno da Rússia, com eventuais pontos de ruptura na Geórgia e Ucrânia, a quem coube o papel de principal campo de batalha, lançada numa guerra civil ainda inconclusiva que, até o momento, já resultou na perda da sua integridade territorial.

Então, já integrados ao aparato de segurança euro-atlântico, os países do V4, por meio das suas declarações e iniciativas de política exterior nos últimos anos, não têm deixado dúvidas quanto à sua decidida orientação de pressionar pela expansão da União Europeia e da OTAN em direção ao leste, estendendo-os à Europa Oriental, Balcãs e Cáucaso. Em rigor, trata-se de claro apoio à política ocidental, liderada pelos Estados Unidos, de cerco e contenção da Rússia, na medida em que os países em questão na “Parceria Oriental” eram partes integrantes da antiga União Soviética e fazem fronteira com aquele país. O mesmo ocorre no caso dos países bálticos, também antigas repúblicas soviéticas, cuja adesão às alianças euro-atlânticas foi realizada em 2004, num momento em que o governo de Vladimir Putin ainda não considerava a Rússia suficientemente preparada para resistir à expansão ocidental na direção das suas fronteiras. Hoje, os territórios daqueles países servem de bases avançadas para a instalação de forças militares da OTAN, as mais próximas ao próprio território russo.

Dessa forma, os acontecimentos dos últimos dois anos apontam intensa escalada armamentista, principalmente na região do mar Báltico, com claro viés de acirramento das tensões. É o que também parece indicar documento divulgado pelo Ministério da Defesa polonês em maio de 2017 intitulado “*The Concept of Defence of the Republic of Poland*”, que afirma que o atual contexto na região vem causando os maiores impactos na segurança do país “desde a queda da União Soviética”, consistindo em mudanças “mais e mais dramáticas, não apenas políticas, mas também

¹⁵Na Idade Média, o primeiro centro de poder organizado de língua e cultura de matriz russa foi a Rus de Kiev, e a evangelização das tribos e principados russos foi promovida a partir do território hoje ucraniano.

econômicas, sociais e culturais [...]” (RZECZPOSPOLITA POLSKA, 2017, p. 5, tradução nossa). Ademais, citando ainda a “escala das ameaças resultando da agressiva política russa”, que no seu entendimento “não foi adequadamente estimada no passado” (RZECZPOSPOLITA POLSKA, 2017, p. 6), o documento expressa a expectativa de enfrentamento de “15 anos de tensão crescente” com a Rússia, a necessidade de criar unidades militares conjuntas com os países do V4 e expandir o contingente operacional das Forças Armadas polonesas pela primeira vez desde 1987, visando “preparar adequadamente a Polônia para defender o seu território” e permitindo ao país “incrementar o nosso papel na OTAN e servir como a força unificadora de todas as atividades aliadas no flanco oriental” (RZECZPOSPOLITA POLSKA, 2017, p. 12). Essa declarada preparação do governo polonês para a guerra representa mais um indício do retorno do *shatterbelt* da Europa Centro-Oriental, cujos desenvolvimentos futuros são totalmente imprevisíveis.

THE RETURN OF CENTRAL AND EASTERN EUROPEAN “SHATTERBELT” AND THE VISEGRAD GROUP WITHIN WESTERN STRATEGY FOR RUSSIA’S CONTAINMENT

ABSTRACT

Eastern Europe is an exceptionally troubled region since Antiquity, with a history characterized by large-scale migrations, wars, invasions and occupations by foreign powers. Therefore, long ago it has been considered by theorists such as Mackinder, Spykman, Brezinski, Cohen and Kelly as a region of transition and attrition between the dominance of Atlantic naval and Eurasian land powers, strategically important for access and control of the *Heartland*. This makes it a *shatterbelt*, an area sorely disputed by powers which project their powers and influence, imposing themselves over local peoples. The Visegrad Group, formed by Poland, Czechoslovakia and Hungary in 1991 after the end of neostalinist regimes, sought successfully accession to euro-atlantic institutions – NATO and EU, primarily. Recently, following the resumption of Russian “activism” and its military interventions in Georgia and Ukraine, the Visegrad Group has become western hegemony’s major instrument of advance in the area, articulating policies of encirclement and restraint of Russia. The mounting of military forces by both sides in the area perceived in the last year points to points to the deepening of tensions in the *shatterbelt* – which had lost intensity since the 1980’s – characterizing a process of still unforeseeable outcome.

Key words: Geopolitics. Visegrad Group. NATO. Russia.

REFERÊNCIAS

ARANTES JR., Abelardo. *A passagem do neoestalinismo ao capitalismo liberal na União Soviética e na Europa Oriental*. Brasília: FUNAG, 2015.

BALÍK, Stanislav, et al. *Politický systém českých zemí 1848-1989*. 3. vydání. Brno: Masarykova univerzita, 2011.

BRATISLAVA Declaration of the Visegrad Group Heads of Government for a Stronger CDSP. *Visegrad Group*, [2015]. Disponível em: <<http://www.visegradgroup.eu/calendar/2015/bratislava-declaration>> Acesso em: 29 mar. 2017.

COHEN, S.B. *Geopolitics: the Geography of International Relations*. Maryland: Rowman & Littlefield, 2008.

COMMUNIQUE of Prime Ministers of the Visegrad Group after meeting with Prime Minister of Ukraine. *Visegrad Group*, [2016]. Disponível em: <<http://www.visegradgroup.eu/calendar/2016/communique-of-prime>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

FIORI J. L. *História, estratégia e desenvolvimento*. São Paulo: Boitempo, 2014.

FIORI, J.L. *O poder global*. São Paulo: Boitempo, 2007.

HARTSHORNE, R. The United States and the 'shatter zone' of Europe. In: WEIGERT, Hans W.; STEFFANSON, Vilhjalmur (Ed.) *Compass of the World: a symposium on political geography*. New York: The Macmillan Company, 1944. p. 203-214.

HOBSBAWM, E. J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. Revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLMAN, R. et al. *Dějiny ekonomického myšlení*. Praha: C. H. Beck, 2005.

JOINT Communiqué of the Visegrad Group ministers of Defence. *Visegrad Group*, 2 Feb. 2017. Disponível em: <<http://www.visegradgroup.eu/documents/official-statements/joint-communique-of-the>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

JOINT Statement of the heads of government of the V4 countries. *Visegrad Group*, 15 Dec. 2016a. Disponível em: <<http://www.visegradgroup.eu/documents/official-statements/joint-statement-of-the-161215-1>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

JOINT Statement on the Eastern Partnership of the Foreign Ministers of the Visegrad Group. *Visegrad Group*, 4 May 2016b. Disponível em: <<http://www.visegrad-group.eu/calendar/2016/joint-statement-on-the>> Acesso em: 28 abr. 2017.

KELLY, P. *Checkerboards & Shatterbelts: the geopolitics of South America*. Austin: University of Texas Press, 1997.

KOSINSKI, Daniel. Eleições na Europa Centro-Oriental: aumento da influência russa?. *Boletim Geocorrente*, Rio de Janeiro, n. 46, 12 dez. 2016c. Disponível em: <<https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/boletins/boletim-46.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

KOSINSKI, Daniel. Instalação americana na Polônia: a primeira fase da operação 'Atlantic Resolve'. *Boletim Geocorrente*, Rio de Janeiro, n. 47, 2 fev. 2017a. Disponível em: <<https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/boletins/boletim-47.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

KOSINSKI, Daniel. Percepção de ameaça militar russa no Mar Báltico aproxima adversários históricos. *Boletim Geocorrente*, Rio de Janeiro, n. 45, 25 nov. 2016b. Disponível em: <<https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/boletins/boletim-45.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

KOSINSKI, Daniel. Putin visita a Hungria, seu principal aliado na Europa Central. *Boletim Geocorrente*, Rio de Janeiro, n. 49, 10 mar. 2017b. Disponível em: <<https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/boletins/boletim-49.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

KOSINSKI, Daniel. Reações ao aumento da presença militar russa no Báltico. *Boletim Geocorrente*, Rio de Janeiro, n. 44, 3 nov. 2016a. Disponível em: <<https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/boletins/boletim-44.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

KOSINSKI, Daniel. União Européia cria o seu primeiro comando militar unificado. *Boletim Geocorrente*, Rio de Janeiro, n. 51, 7 abr. 2017c. Disponível em: <<https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/boletins/boletim-51.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

KUGIEL, Patryk (Ed.). *V4 Goes Global: exploring opportunities and obstacles in the Visegrad Countries' Cooperation with Brazil, India, China and South Africa*. Warsaw: Polski Instytut Spraw Międzynarodowych, 2016.

MACKINDER, H.J. The geographical pivot of history. *The Geographical Journal*, 1904, v. 23, n. 4, p. 421-37, Apr. 1904.

MARSH, D. *Germany and Europe: the crisis of unity*. London, UK: Mandarin Publishers, 1995.

MEDEIROS, C. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C.; SERRANO, F. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 173-277.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

PAŘIZKOVÁ, Nikola. *Geopolitics and the role of media: Czechoslovakia during the Cold War*. 2016. 121f. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

RZECZPOSPOLITA POLSKA. Ministerstwo Obrony Narodowej. *Koncepcja obronna Rzeczpospolitej Polskiej*. Warszawa, 2017. 64 p.

ŠIK, Ota. *Socialismus: teorie a praxe*. In: ŠIK, Ota. *Socialismus dnes?*. Praha: Academia, 1990.

THE BRATISLAVA Declaration of the Prime Ministers of the Czech Republic, the Republic of Hungary, the Republic of Poland and the Slovak Republic on the occasion of the 20th anniversary of the *Visegrad Group*. Visegrad Group, 15 Feb. 2011. Disponível em: <<http://www.visegradgroup.eu/2011/the-bratislava>> Acesso em: 25 fev. 2016.

UNSTEAD, J. F. *The belt of political change in Europe*. *Journal Scottish Geographical Magazine*, v. 39, n. 3, p. 183-192, 1923.

VISEGRAD Declaration 1991: declaration on Cooperation between the Czech and Slovak Federal Republic, the Republic of Poland and the Republic of Hungary in Striving for European Integration. *Visegrad Group*, 1991. Disponível em: <<http://www.visegradgroup.eu/documents/visegrad-declarations/visegrad-declaration-110412>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

ZAMOYSKI, Adam. *História da Polónia*. Lisboa: Edições 70, 2009.

Recebido em: 09/06/2017

Aceito em: 22/08/2017

